



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO SEI Nº 60272/2023/MF

Brasília, 16 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Rogério Carvalho  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Requerimento de Informação.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1023, de 16.10.2023, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 172/2023, de autoria do Senhor Senador Laércio Oliveira, que solicita "informações sobre a arrecadação previdenciária anual sobre a folha de pagamento e a estimativa de alíquotas de contribuições alternativas para desoneração da folha de pagamentos".

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, o Ofício 59214, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad, Ministro(a) de Estado**, em 16/11/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38504014** e o código CRC **1E32B21C**.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil  
Subsecretaria-Geral  
Assessoria Legislativa

OFÍCIO SEI Nº 59214/2023/MF

Brasília, 09 de novembro de 2023

Ao Senhor  
Philippe Wanderley Perazzo Barbosa  
Coordenador-Geral da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos  
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Economia – Bloco P, 5º Andar  
70048-900 - Brasília/DF

**Assunto: Resposta ao Requerimento de Informações nº 172 de 2023, que solicita dados da arrecadação previdenciária anual sobre a folha de pagamento e estimativa de alíquotas de contribuições alternativas para desoneração da folha de pagamentos.**

*Referência:* Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 14022.100413/2023-44

Senhor Coordenador-Geral,

Encaminho anexa a **Nota Cetad/Copan-Coest nº 173, de 08 de novembro de 2023**, elaborada pela Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que analisou a proposição em epígrafe.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário(a) Especial**, em 09/11/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38400022** e o código CRC **18C85077**.





**Ministério da  
Fazenda**



**Nota Cetad/Copan-Coest nº 173, de 08 de novembro de 2023.**

**Assunto:** Requerimento de Informações 172/2023 – Arrecadação previdenciária anual sobre a folha de pagamento e estimativa de alíquotas de contribuições alternativas para desoneração da folha de pagamentos.

*Processo SEI nº 14022.100413/2023-44*

## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de Requerimento de Informações nº 172/2023, de autoria do Senador Laércio Oliveira, encaminhado ao Ministério da Fazenda (MF) por meio do Ofício 1023 SF, de 16 de outubro de 2023, da Primeira-Secretaria do Senado Federal, direcionado para a Secretaria da Receita Federal por meio de Despacho (38190990) da Assessoria para Assuntos Parlamentares do MF de 30/10/2023.
2. Cabe destacar que as análises deste Centro de Estudos são essencialmente voltadas para os aspectos orçamentários, financeiros e econômicos decorrente de alterações na legislação tributária que impliquem em impactos da arrecadação dos tributos federais.

## **ANÁLISE**

3. O Requerimento de Informações supracitado solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações sobre a arrecadação previdenciária anual sobre a folha de pagamento e a estimativa de alíquotas de contribuições alternativas para desoneração da folha de pagamentos. Em especial, solicita as informações transcritas a seguir.

*1. Qual a arrecadação anual (se possível de 2019 a 2022, podendo ser de outro ano de referência) da:*

- 1. Contribuição patronal sobre a folha de pagamentos;*
- 2. Contribuição previdenciária patronal das empresas do Simples Nacional;*
- 3. Contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB);*
- 4. Salário Educação.*

2. Com base nos dados desses respectivos anos, para substituir a soma dessas arrecadações por uma contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta (CPRB) de todos os setores, qual seria a alíquota estimada para incidir sobre todas as empresas?

3. Com base nos dados desses respectivos anos, para substituir a soma dessas arrecadações por uma contribuição previdenciária incidente sobre as movimentações financeiras, qual seria a alíquota estimada?

4. Em relação ao subitem 1 do item 1, na tabela a seguir temos a arrecadação bruta da contribuição patronal sobre a folha de pagamentos, recolhida por meio de Darf e GPS. A arrecadação em Darf considera apenas os códigos de pagamentos 1138 - Contribuição Previdenciária Empregador/Empresa e 1162 - Contribuição Sujeita a Retenção Previdenciária, ou seja, não contempla multas, juros, dívida ativa e RAT. Já a arrecadação patronal em GPS inclui o valor do RAT e, como não existe código de pagamento específico para a contribuição patronal de empresas, proporcionalizamos em função do valor apurado em GFIP para empresas e segurados.

#### CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL

2019 A 2022

Ano	Darf	GPS	Total
2019	105.390.768.777	88.284.938.800	<b>193.675.707.577</b>
2020	110.943.748.225	82.584.109.712	<b>193.527.857.938</b>
2021	133.888.838.854	77.349.123.526	<b>211.237.962.380</b>
2022	196.698.234.612	35.156.213.810	<b>231.854.448.423</b>

5. Sobre o subitem 2 do item 1, apresentamos, na tabela a seguir, a arrecadação bruta do Simples Nacional patronal. Para fins da construção da tabela, considerou-se somente as parcelas referentes aos recolhimentos de INSS - Simples Nacional e INSS - Simples Nacional - MEI.

#### CONTRIBUIÇÃO SIMPLES NACIONAL PREVIDENCIÁRIO

2019 A 2022

Ano	0151 INSS - Simples Nacional - MEI	1006 INSS - SIMPLES NACIONAL	Total
2019	2.463.139.235	39.921.442.149	<b>42.384.581.384</b>
2020	2.950.876.283	39.382.744.847	<b>42.333.621.130</b>
2021	3.895.895.938	50.550.134.576	<b>54.446.030.514</b>
2022	4.830.101.910	61.552.788.442	<b>66.382.890.352</b>

6. Acerca do subitem 3 do item 1, a tabela anexa apresenta a arrecadação bruta da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA  
2019 A 2022**

Ano	2985	2991	Total
	Contrib Previd Sobre Receita Bruta - Art. 7º Lei 12.546/2011	Contrib Previd Sobre Receita Bruta - Art. 8º Lei 12.546/2011	
2019	6.035.190.546	4.102.334.011	10.137.524.557
2020	5.543.016.827	3.834.934.250	9.377.951.077
2021	6.621.526.164	4.628.854.052	11.250.380.215
2022	7.921.531.693	5.025.701.564	12.947.233.257

7. Já em relação ao subitem 4 do item 1, salário educação, informa-se que a arrecadação líquida do FNDE pode ser obtida no sítio da Receita Federal, no link <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/arrecadacao>, opção “Repasses da Arrecadação Federal”.

8. Em atenção ao item 2, **a alíquota incidente sobre a receita bruta de todas as empresas, necessária para obter a soma das arrecadações indicadas no item 1, foi estimada em aproximadamente 1,40%.**

9. Esta alíquota foi estimada considerando uma incidência tributária nos moldes da Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta (CPRB), em especial, a incidência sobre a totalidade da receita bruta das empresas, a incidência em cascata nas cadeias produtivas e a vedação da apuração de crédito sobre os insumos (cumulatividade). O universo de sujeitos passivos considerado nessa estimativa englobou o conjunto de contribuintes tributados pelo lucro real, lucro presumido e simples nacional. As entidades imunes e isentas não foram consideradas.

10. É necessário destacar que a metodologia de cálculo empregada em tal estimativa não considerou possíveis efeitos decorrentes da alteração no comportamento dos contribuintes que a nova incidência pode provocar. Assim, a estimativa reflete o comportamento dos contribuintes atualmente observado.

11. Por fim, com relação ao item 3, **a alíquota incidente sobre as movimentações financeiras, necessária para obter a soma das arrecadações indicadas no item 1, foi estimada em aproximadamente 0,90%.**

12. Esta alíquota foi estimada considerando uma incidência tributária nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), isto é, com a mesma extensão de seu campo de incidência, alcançando os débitos em contas bancárias e demais transações financeiras

intermediadas por instituições financeiras, e mantendo as mesmas hipóteses de não incidência e de alíquota zero.

13. Além disso, cabe apontar que a estimativa apresentada acima não abordou questões relativas a possível alteração no comportamento dos contribuintes face à instituição da nova contribuição, tampouco questões referentes à possível elasticidade da arrecadação do tributo com relação ao nível da alíquota definida. Isto é, implicitamente adotamos a hipótese de que o comportamento dos contribuintes se manterá constante e que a elasticidade arrecadação-alíquota é unitária.

São as considerações que submete-se à apreciação do chefe do Cetad.

*Assinatura digital*

MARCELO DE MELLO GOMIDE LOURES  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da Copan

*Assinatura digital*

FILIPPE NOGUEIRA DA GAMA  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador-Substituto da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se à Assessoria Legislativa da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

*Assinatura digital*

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Chefe do Cetad





**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 08/11/2023 17:49:27 por Marcelo de Mello Gomide Loures.

Documento assinado digitalmente em 08/11/2023 17:49:27 por MARCELO DE MELLO GOMIDE LOURES, Documento assinado digitalmente em 08/11/2023 17:44:08 por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS e Documento assinado digitalmente em 08/11/2023 17:42:57 por FILIPE NOGUEIRA DA GAMA.

Esta cópia / impressão foi realizada por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 08/11/2023.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP08.1123.17529.DHPF**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**8CA4A0D7B782F270482D572B5B96EF2F85CA678265AD817DF8E3DE6642478178**